

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
§1º Delimitação do tema	32
§2º Desenvolvimento da obra	33
§3º Nomenclatura adotada: motivação x fundamentação	34
CAPÍTULO I	
ESTADO DE DIREITO, SEGURANÇA JURÍDICA E PROCESSO	35
1. Estado de Direito e o controle do poder estatal	37
1.1. As origens do Estado de Direito moderno: proteção da liberdade, jusnaturalismo e segurança jurídica.....	42
1.2. A ascensão do positivismo radical e o esvaziamento do conceito do Estado de Direito	45
1.3. O desenvolvimento do <i>rule of law</i> na Inglaterra do século XIX.....	47
1.4. A retomada do conteúdo substancial do Estado de Direito após a Segunda Guerra Mundial e o declínio da expressão	48
1.5. Estado de Direito formal e Estado de Direito substancial.....	50
1.6. As críticas ao Estado de Direito	53
1.6.1. Expressão inútil e pleonástica.....	53
1.6.2. Pluralidade de significados: expressão meramente retórica	55
1.7. O “conteúdo mínimo” do Estado de Direito: proteção da liberdade e da segurança jurídica	55
2. A segurança jurídica: atributo e finalidade do Estado de Direito	61
2.1. A trilogia dos objetivos do Direito: segurança jurídica, justiça e progresso social	64

2.2.	Segurança jurídica <i>pele</i> Direito e segurança jurídica <i>do</i> Direito.....	66
2.3.	Ainda sobre as relações entre segurança jurídica e justiça	67
2.4.	O conceito de segurança jurídica.....	68
3.	A jurisdição e o processo no Estado de Direito: o devido processo legal	69
3.1.	O processo como instrumento de racionalização do poder... 72	
3.2.	Processo justo e devido processo legal.....	75

CAPÍTULO II

O DEVER DE MOTIVAR AS DECISÕES JUDICIAIS COMO GARANTIA INERENTE A UM ESTADO DE DIREITO

4.	O dever de motivar as decisões judiciais.....	79
4.1.	Conceito	80
4.2.	A natureza normativa do dever de motivação	82
4.2.1.	A obrigatória motivação das decisões judiciais é uma ‘regra’ jurídica.....	82
4.2.2.	A importância de se conceber o dever de motivação como regra, e não como princípio	87
4.2.3.	A imponderabilidade do dever de motivação	89
5.	A consolidação do dever de motivação como garantia fundamental após a Revolução Francesa e panorama contemporâneo	90
5.1.	Controvérsia sobre a motivação das decisões judiciais no Direito Romano e seu suposto papel de controle da atividade judicial em relação à aplicação das leis imperiais ...	91
5.2.	A inexistência de motivação das decisões germânicas.....	95
5.3.	A formação de uma jurisprudência dos tribunais europeus medievais.....	97
5.4.	A recomendação de que o juiz, por prudência, não deveria motivar suas decisões	99
5.5.	O declínio da motivação das decisões judiciais no início do absolutismo e seu renascimento no Século XVI ...	101
5.6.	A contribuição da Revolução Francesa para o dever de motivar as decisões judiciais.....	104

5.6.1.	O período francês pré-revolucionário	105
5.6.2.	O legado da Revolução Francesa.....	108
5.7.	A influência imediata dos ideais revolucionários na motivação das decisões judiciais no Século XIX	112
5.8.	Panorama atual.....	117
6.	Motivação das decisões judiciais e Estado de Direito.....	121
6.1.	A legitimação da atividade jurisdicional.....	124
6.2.	O controle da atividade jurisdicional	126
6.2.1.	Controle em relação aos fatos: (“livre”) convencimento racional e motivado à luz dos autos.....	126
6.2.2.	Controle em relação ao Direito	130
6.2.3.	O controle das decisões judiciais pelas partes e pelos tribunais.....	137
6.2.4.	O controle das decisões judiciais pela sociedade	138

CAPÍTULO III

	AINDA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E ESTADO DE DIREITO: NATUREZA, ESTRUTURA E CONCEITO	141
7.	A natureza declaratória da motivação das decisões judiciais	141
7.1.	A motivação das decisões judiciais possui natureza declaratória e retrospectiva.....	142
7.2.	Sobre as teorias de que o juiz cria o Direito	146
7.2.1.	Teoria interpretativa: críticas	148
7.2.2.	Teoria mista: críticas	154
7.2.3.	Teoria da eficácia vinculante dos precedentes: críticas.....	156
8.	A estrutura da motivação das decisões judiciais: o silogismo judicial e a argumentação jurídica	158
8.1.	O modelo lógico-dedutivo.....	159
8.2.	As críticas ao modelo lógico-dedutivo e o desenvolvimento de modelos ‘antiformalistas’.....	160
8.2.1.	O modelo indutivo	161

8.2.2.	A inaptidão do modelo indutivo como modelo de raciocínio judicial.....	163
8.3.	O modelo argumentativo.....	167
8.3.1.	A teoria standard da argumentação judicial.....	169
8.3.2.	A teoria de Jerzy Wróblewski – justificação interna e a justificação externa da motivação.....	169
8.3.3.	A teoria de Neil MacCormick – necessária conciliação entre o Estado de Direito e a argumentação jurídica.....	171
8.3.4.	A teoria de Robert Alexy – as regras do discurso prático e do discurso jurídico.....	173
8.3.5.	A teoria de Aulis Aarnio – racionalidade e aceitabilidade da motivação.....	176
8.4.	A conjugação entre lógica e argumentação: as teorias de Ricardo Luis Lorenzetti e Pierluigi Chiassoni.....	180
8.4.1.	A teoria de Ricardo Luis Lorenzetti – diferentes modelos para a decisão de casos fáceis e casos difíceis.....	181
8.4.2.	A teoria de Pierluigi Chiassoni – a reconstrução silogística da argumentação judicial.....	185
8.5.	Lógica e argumentação: a estrutura da motivação das decisões judiciais.....	192
8.6.	O raciocínio fático.....	193
9.	A motivação das decisões judiciais: exposição e justificação – o referencial do Estado de Direito.....	195
9.1.	A motivação é uma exposição de razões.....	195
9.2.	A motivação é uma justificação formal do exercício da atividade jurisdicional.....	196
9.3.	Sobre a dissociação entre a motivação e as razões de decidir.....	196
9.3.1.	A motivação não é a justificação de uma decisão intuitiva.....	197
9.3.2.	Críticas à teoria de que a motivação é uma fonte de indícios – a racionalidade e a aceitabilidade da motivação.....	201

9.3.3. A motivação e as razões de decidir – a regra da sinceridade	202
--	-----

CAPÍTULO IV

DELINEAMENTOS PROCESSUAIS DO DEVER DE

MOTIVAÇÃO 205

10. O dever de motivação como instrumento de realização de garantias processuais.....	205
10.1. Motivação das decisões judiciais, contraditório e ampla defesa	206
10.2. Inércia jurisdicional e princípio dispositivo.....	209
10.3. Poder de ação e pluralidade de demandas.....	210
10.4. Coisa julgada.....	211
10.5. Duplo grau de jurisdição.....	213
10.6. Imparcialidade do órgão julgador.....	214
11. Requisitos mínimos do dever de motivação	215
11.1. Clareza	215
11.2. Coerência	218
11.3. Completude	219
11.3.1. Completude fática	221
11.3.2. Completude jurídica	223
11.3.3. Ainda sobre o entendimento de que o juiz não precisa se manifestar a respeito de todas as alegações das partes: críticas e a disciplina do CPC/2015	225
11.3.4. A completude da motivação e as decisões sujeitas a recursos.....	229
11.3.5. A motivação implícita.....	231
11.4. Concretude.....	231
11.4.1. A motivação per relationem e a motivação aliunde	233
11.5. Universalidade das razões jurídicas.....	235
11.6. O art. 489, §§1º e 2º, do CPC/2015.....	236
11.6.1. Indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo sem explicar a sua relação com a causa	

	ou com a questão decidida – art. 489, §1º, I, do CPC/2015	236
11.6.2.	Emprego de conceitos jurídicos indeterminados sem explicar o motivo concreto de sua incidência ao caso – art. 489, §1º, II, do CPC/2015.....	237
11.6.3.	Apresentação de motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão – art. 489, §1º, III, do CPC/2015	239
11.6.4.	Ausência de enfrentamento de todos os argumentos capazes de, em tese, infirmar a conclusão obtida – art. 489, §1º, IV, do CPC/2015..	240
11.6.5.	Invocação de precedente ou enunciado de súmula sem identificar sua ratio decidendi nem demonstrar que o caso em julgamento se ajusta aos mesmos fundamentos – art. 489, §1º, V, do CPC/2015	241
11.6.6.	Inobservância de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento jurisprudencial – art. 489, §1º, VI, do CPC/2015.....	241
11.6.7.	Ponderação entre normas – art. 489, §2º, do CPC/2015	242
12.	Decisões imotivadas, decisões mal motivadas e suas consequências	243
12.1.	As decisões judiciais e os planos da existência, validade e eficácia: considerações iniciais	243
12.1.1.	Plano da existência	243
12.1.2.	Plano da validade	246
12.1.3.	Plano da eficácia	247
12.1.4.	Decisões judiciais inexistentes, nulas e ineficazes....	248
12.2.	Decisões inexistentes por “falta de motivação” ou motivação incongruente.....	249
12.2.1.	Inexistência por “falta de motivação”	250

12.2.2. Inexistência por incongruência entre a motivação e a causa de pedir.....	250
12.3. Decisões nulas por falta de motivação ou motivação inadequada.....	251
12.4. Meios de ataque à decisão imotivada ou mal motivada.....	253

CAPÍTULO V

MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E SEGURANÇA JURÍDICA: A FORMAÇÃO DOS PRECEDENTES E A *RATIO DECIDENDI*.....

13. Motivação das decisões judiciais e segurança jurídica: o precedente judicial	255
13.1. A segurança jurídica como fundamento básico do respeito aos precedentes.....	259
13.1.1. A estabilidade do Direito.....	259
13.1.2. A previsibilidade do Direito: sistematicidade e coerência.....	262
13.1.3. Segue: homogeneidade	265
13.1.4. Segue: acessibilidade	266
13.2. O conceito de precedente judicial.....	269
13.2.1. Precedentes são razões.....	271
13.2.2. Precedentes não são razões fáticas	273
13.2.3. Precedentes são razões jurídicas de uma decisão: o atributo da universalidade	275
13.2.4. Precedentes são razões jurídicas determinantes ao dispositivo da decisão: a <i>ratio decidendi</i>	276
13.2.5. A relevância das razões jurídicas da decisão e o conceito de precedente	277
13.2.6. Os precedentes e o caso concreto	278
13.2.7. Os precedentes e a motivação implícita	279
13.3. A eficácia dos precedentes	280
13.3.1. Precedentes obrigatórios: a regra do <i>stare decisis</i>	280
13.3.2. Precedentes persuasivos	284
13.3.3. Precedentes verticais	287

13.3.4.	Precedentes horizontais.....	288
14.	A <i>ratio decidendi</i> e o <i>obiter dictum</i> na motivação das decisões judiciais.....	292
14.1.	A importância da distinção	292
14.2.	Teorias elaboradas para distinguir a <i>ratio decidendi</i> do <i>obiter dictum</i>	295
14.2.1.	O teste de Eugene Wambaugh	295
14.2.2.	A desconsideração da motivação jurídica e os fatos materiais de Arthur Goodhart	297
14.2.3.	A <i>ratio decidendi</i> prescritiva e a <i>ratio decidendi</i> descritiva de Julius Stone.....	299
14.2.4.	Ratio decidendi como razão jurídica necessária ou suficiente – as propostas de Rupert Cross e de Neil MacCormick.....	300
14.2.5.	O conceito de Michael Abramowicz e Maxwell Stearns.....	301
14.2.6.	A adequação da <i>ratio decidendi</i> à realidade brasileira por Luiz Guilherme Marinoni – solução de questões e não de casos	303
14.2.7.	A proposta de Pierluigi Chiassoni – a necessária reconstrução silogística da decisão judicial para a determinação das <i>rationes decidendi</i>	303
14.2.8.	Observações conclusivas	304
14.3.	O <i>obiter dictum</i>	306
14.4.	A não aplicação de um precedente: a distinção (<i>distinguishing</i>).....	309
15.	A experiência brasileira	311
15.1.	As Súmulas.....	312
15.1.1.	Conceito.....	313
15.1.2.	As Súmulas e a doutrina de precedentes: os enunciados sumulares são <i>rationes decidendi</i>	314
15.2.	A súmula vinculante.....	316

15.3. Decisões monocráticas amparadas em entendimento jurisprudencial consolidado e a “súmula impeditiva de recursos”	317
15.4. O efeito vinculante dos acórdãos prolatados em controle concentrado de constitucionalidade	318
15.4.1. Eficácia vinculante de decisão proferida em ADPF. 320	
15.4.2. A “objetivação” do controle de constitucionalidade difuso e a teoria da transcendência dos motivos determinantes.....	320
15.5. Resolução liminar de demandas repetitivas: o art. 285-A do CPC/73 e o CPC/2015	320
15.6. Os “recursos repetitivos”	322
15.7. Embargos de divergência	324
15.8. Incidente de assunção de competência	325

CAPÍTULO VI

A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA DO JURISDICIONADO

16. O princípio da proteção da confiança legítima	327
16.1. Conceito	328
16.2. Origem.....	329
16.3. Fundamentos	331
16.3.1. Confiança legítima e segurança jurídica objetiva.....	331
16.3.2. Boa-fé.....	332
16.4. A eficácia normativa do princípio no Brasil – o art. 927, §4º, do CPC/2015.....	334
16.5. Pressupostos de aplicação do princípio da confiança	336
16.5.1. O fundamento da confiança.....	336
16.5.2. A confiança legítima	338
16.5.3. O exercício da confiança	340
16.6. A violação do princípio da confiança (a frustração da confiança).....	341
17. A jurisdição e a violação da confiança legítima do jurisdicionado..	342
17.1. Os precedentes judiciais como fundamento da confiança ...	343

17.1.1.	Dois exemplos de violação da confiança do jurisdicionado pela jurisdição	345
17.2.	Sobre a natureza da atividade jurisdicional e a (ir) retroatividade da jurisprudência.....	347
17.3.	Mudança jurisprudencial, <i>evolução</i> do Direito e confiança legítima do jurisdicionado	350
17.4.	Requisitos para que os precedentes sirvam como fundamento da confiança.....	352
17.4.1.	A eficácia do precedente.....	352
17.4.2.	Segue: a aparência de legitimidade do precedente... 353	
17.4.3.	Segue: baixo grau de modificabilidade do precedente	355
17.4.4.	Segue: permanência no tempo do precedente.....	355
17.4.5.	Segue: indução do precedente	356
17.5.	A legitimidade da confiança do jurisdicionado	357
17.5.1.	Precedentes e jurisprudência	357
17.5.2.	Segue: a divergência jurisprudencial	359
17.5.3.	Ilegalidade manifesta: ponderações.....	360
17.5.4.	O parâmetro do “advogado bem informado”	362
17.6.	O exercício da confiança legítima do jurisdicionado	362
18.	A proteção da confiança legítima do jurisdicionado	363
18.1.	Limites às mudanças jurisprudenciais	364
18.1.1.	A incompatibilidade do civil law com uma jurisprudência instável e volátil.....	368
18.1.2.	Unidade e impessoalidade da jurisdição.....	369
18.1.3.	Sobre a suposta violação ao livre convencimento judicial	370
18.1.4.	O tratamento dado pelo CPC/2015	373
18.2.	A mudança jurisprudencial prospectiva	373
18.3.	Três regras básicas de utilização da técnica de revogação prospectiva de precedentes	376
18.3.1.	Prevalência do interesse público primário em detrimento do interesse privado.....	376

18.3.2. Prevalência dos interesses do particular sobre os interesses do Estado (ou interesse público secundário).....	377
18.3.3. Ponderação entre os interesses dos particulares envolvidos.....	378
18.4. Críticas formuladas à revogação prospectiva de precedentes – e suas respostas.....	378
18.4.1. Aplicação de um precedente já superado – descumprimento da função jurisdicional	379
18.4.2. Necessária previsão legislativa.....	381
18.4.3. Desestímulo à busca por decisões mais justas.....	383
18.4.4. Majoração indevida dos poderes dos juízes.....	384
18.5. A responsabilidade do Estado pela violação da confiança legítima do jurisdicionado	385
CONCLUSÃO	387
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	391